

O AUKUS E OS DESAFIOS PARA A AUSTRÁLIA

Por Albert Caballé Marimón*



O HMS Astute, submarino da marinha britânica que deu nome à classe. Ao fundo, o destroyer HMS Dauntless (Foto: Ministério da Defesa britânico).

Com o anúncio do AUKUS, a perspectiva australiana de operar submarinos nucleares é animadora, mas também apresenta desafios de enorme complexidade – além de custos astronômicos.

Embora a parceria franco-australiana para a construção de uma nova classe de submarinos para a Austrália não estivesse livre de problemas – enfrentando desde desentendimentos devidos a diferenças culturais até atrasos por problemas para atender aos índices de nacionalização exigidos, o cancelamento anunciado na semana passada, vinculado ao pacto AUKUS, foi uma surpresa.

Por outro lado, quando se consideram as características geográficas e estratégicas da Austrália – uma grande “ilha-continente” com vastas extensões de linha litorânea e mar territorial, não há nenhuma dúvida de que submarinos movidos a energia nuclear atendem muito melhor suas necessidades do que os modelos com propulsão diesel-elétrica.

VANTAGENS DOS SUBMARINOS NUCLEARES

Submarinos com propulsão nuclear oferecem vantagens decisivas sobre as versões de propulsão diesel-elétrica. São significativamente mais velozes, o que é importante considerando as longas distâncias entre a (atualmente) única base de submarinos da marinha australiana, em Stirling, na Austrália Ocidental, até sua

provável zona de operações, que, em tese, iria do Sudeste Asiático ao Oceano Índico e ao litoral da China.

Submarinos movidos a energia nuclear são maiores, o que lhes permite carregar mais armamento, sensores e suprimentos. Embarcações maiores também proporcionam maior conforto para as tripulações – o que não é trivial, dado o confinamento típico das operações em submarino. Sua resistência é virtualmente ilimitada, sendo restringida apenas pelos suprimentos.

No entanto, os submarinos nucleares não são necessariamente sempre mais silenciosos do que os convencionais, pois seus reatores precisam funcionar constantemente, enquanto as embarcações diesel-elétricas podem desligar seus motores diesel mais ruidosos.

Submarinos nucleares podem ser divididos em três categorias: os submarinos de ataque (SSN, de *Ship Submersible Nuclear Powered*), submarinos balísticos (SSBN, de *Ship Submersible Ballistic Missile Nuclear Powered*) e submarinos de mísseis de cruzeiro ou SSGN (*Ship Submersible Guided Missile Nuclear powered*).

Os EUA operam atualmente três classes de SSN (Los Angeles, Seawolf e Virginia), e uma de SSBN (classe Ohio, sendo que algumas unidades foram convertidas em SSGN). O Reino Unido opera duas classes de SSN (Trafalgar e Astute), e uma de SSBN (classe Vanguard).

DESAFIOS

Os detalhes da parceria, como seria de se esperar, permanecem vagos, e pouco se sabe além de que está previsto um prazo de 18 meses para detalhamento das especificações. Fala-se em uma aquisição, pela Austrália, de ao menos oito submarinos de ataque (SSN) com propulsão nuclear, o que seria um número maior do que o operado pelo Reino Unido ou pela França atualmente.

No entanto, o projeto do AUKUS será extremamente desafiador para a Austrália, a começar pelos custos. De acordo com o Royal United Services Institute (RUSI), o custo básico de construção de um submarino de ataque nuclear classe Virginia, dos EUA, ou Astute, do Reino Unido, gira em torno de US\$ 2,5 bilhões por unidade. Esse valor não inclui as despesas de longo prazo para implantação, operação e manutenção dos submarinos durante o seu ciclo de vida. Ao longo de algumas décadas, esses custos devem bater na casa das centenas de bilhões de dólares. Também devem ser considerados os custos de adequação dos estaleiros australianos para a produção das novas embarcações.

Outro ponto a considerar é o nível de transferência tecnológica para a Austrália. A propulsão nuclear é considerada uma das “joias da coroa” para os poucos países que a possuem. Os EUA, por exemplo, a compartilharam apenas com os britânicos durante a Guerra Fria.

Assim, não está claro se a Austrália irá efetivamente adquirir a capacidade de construir e manter as tecnologias e sistemas de propulsão nuclear dos EUA e/ou

Reino Unido, ou se continuará dependente de seus parceiros para a operação desses equipamentos nas próximas décadas.

É preciso também colocar em contexto os desafios impostos por um projeto como este. Submarinos estão entre as máquinas mais complexas já construídas pelo homem, especialmente os nucleares, e muitos problemas podem afetar um projeto dessa magnitude. Os submarinos classe da Virgínia construídos nos Estados Unidos, por exemplo, levam cerca de três anos para serem construídos e comissionados, considerando que o país já conta com cerca de 20 anos de experiência na construção apenas dessa classe. Não é razoável esperar menos do que isso para o programa australiano – provavelmente será bem mais.

Mesmo que todas as negociações e preparação industrial ocorram sem problemas e dentro das expectativas – o que parece improvável, especialmente em um programa dessa ordem de grandeza –, não se espera que o primeiro submarino nuclear australiano entre em serviço em menos de 10 a 15 anos.

Para os australianos, seria interessante que seu primeiro submarino nuclear fosse entregue pelo menos no mesmo prazo em que seria a primeira embarcação do agora cancelado contrato com os franceses, ou seja, meados da década de 2030. Até lá, a Marinha australiana precisa manter sua capacidade.

Em junho, já havia sido anunciado um investimento de cerca de A\$ 6 bilhões para um programa de extensão de vida para a atual frota de submarinos classe Collins a partir de 2026. Essa atualização já era considerada necessária mesmo com o contrato francês, para evitar uma lacuna de capacidade na frota de submarinos da Marinha australiana.

Agora, especula-se também a possibilidade de arrendamento de submarinos nucleares do Reino Unido ou dos EUA. O ministro das finanças, Simon Birmingham, e o ministro da defesa, Peter Dutton, confirmaram em entrevistas em separado no domingo que o aluguel de submarinos dos aliados do AUKUS poderia ser uma solução temporária até que a Austrália receba os seus próprios. Segundo Birmingham, os acordos de arrendamento não necessariamente aumentariam o número de submarinos e a capacidade em todas as nações parceiras, mas ajudariam no treinamento e no compartilhamento de informações.

Também é preciso avaliar o projeto dos submarinos em relação ao problema que se pretende enfrentar: a crescente capacidade militar da China, neste caso específico, da Marinha. De acordo com o Departamento de Defesa americano, a Marinha chinesa (*People's Liberation Army Navy*, PLAN) já é a maior do mundo e o país possui a maior indústria de construção naval do planeta por tonelagem produzida.

Um ponto importante é que, diferentemente da Austrália, a China produz virtualmente todas as suas armas e equipamentos navais, sendo quase que totalmente autossuficiente no desenvolvimento de seu poder marítimo. A PLAN tem uma frota de mais de 350 navios e submarinos, um número que inclui 130 grandes combatentes de superfície e mais de 60 submarinos. Destes, 10 são movidos a energia nuclear. Ou seja, mesmo que a Marinha australiana obtenha

oito submarinos nucleares até o final da década de 2030, e este é um “se” enorme, ela ainda será largamente superada em números pela frota chinesa.

Da forma como estão apresentadas neste momento, as perspectivas para a Austrália são tanto animadoras como preocupantes. O AUKUS e a entrega de novos submarinos reforçam a relação de defesa já existente entre a Austrália e os EUA, fortalecida agora pelo Reino Unido. Por outro lado, as capacidades da China também continuam a crescer rapidamente.

O AUKUS é, sem dúvida, uma grande cartada estratégica. No entanto, por mais impressionante que oito submarinos nucleares possam parecer agora, a Austrália deve avaliar quais serão efetivamente as bases dos contratos. Supõe-se que algumas garantias tenham sido acordadas.

****Albert Caballé Marimón** possui formação superior em marketing. Depois de atuar trinta e sete anos em empresas nacionais e multinacionais, dedica-se à atividade de pesquisador nas áreas de História Militar, Defesa e Geopolítica. É fotógrafo e editor do site Velho General. Já atuou na cobertura de eventos como a Feira LAAD, o Exercício CRUZEX, a Operação Acolhida, o Exercício Treme Cerrado e proferiu palestras na AFA – Academia da Força Aérea. É colaborador do USNI (US Naval Institute) e do Canal Arte da Guerra.*
